



● E-BOOK

PGR e PCMSO

Guia completo para empresas

Os dois documentos que sustentam a saúde e a segurança do trabalho na empresa — o que cada um faz, e por que precisam ser feitos juntos.

- ✓ 14 capítulos, do levantamento de risco ao eSocial
- ✓ Um bloco “Em resumo” ao final de cada capítulo
- ✓ A metodologia que a SafeWork aplica desde 2012

SUMÁRIO

Neste e-book

- | | |
|----|---|
| 01 | Por que este guia existe |
| 02 | O que é o PGR, e o que ele resolve |
| 03 | O que é o PCMSO, e como depende do PGR |
| 04 | Por que os dois precisam ser feitos juntos |
| 05 | O levantamento de risco: como funciona de verdade |
| 06 | Grau de risco e o PGR simplificado |
| 07 | A grade de exames: como ela nasce do PGR |
| 08 | Laudos técnicos complementares |
| 09 | Ordem de Serviço: o documento que comprova a orientação |
| 10 | eSocial: onde os dois documentos desembocam |
| 11 | Vencimento e atualização: o calendário que evita autuação |
| 12 | Regularizar do zero, sem parar a operação |
| 13 | Erros mais comuns |
| 14 | Quando buscar apoio especializado |

01

Por que este guia existe

PGR e PCMSO são, para a maioria das empresas, os dois documentos mais citados numa fiscalização de segurança do trabalho — e também os mais mal compreendidos. Este guia explica o que cada um faz, como se relacionam, e por que tratá-los como documentos independentes é o erro mais comum e mais caro que uma empresa comete nessa área.

Ele serve tanto para quem organiza a documentação internamente quanto para quem está avaliando um fornecedor — nos dois casos, entender a lógica por trás dos dois documentos evita decisão tomada só pelo preço.

Como o guia está organizado

Os capítulos seguem a ordem real de uma empresa que está regularizando sua documentação: começam pelo levantamento de risco, passam pela grade de exames e pelos laudos complementares, e terminam no envio ao eSocial e no calendário de manutenção que evita reabrir o mesmo problema todo ano.

EM RESUMO

PGR e PCMSO tratados como documentos independentes é o erro mais comum e mais caro que uma empresa comete em segurança do trabalho.

02

O que é o PGR, e o que ele resolve

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é o documento que identifica, função por função, os riscos presentes no ambiente de trabalho — físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, de acidente e, desde 2024, também psicossociais. Toda empresa com empregado registrado precisa ter um, independente do porte.

O PGR não é um documento genérico aplicável a qualquer empresa do mesmo ramo — ele precisa refletir o risco real daquele posto de trabalho, naquela empresa específica. Um PGR copiado de modelo é, na prática, um documento que não protege ninguém.

O plano de ação é a parte que mais se esquece

Identificar o risco é só a primeira metade do PGR — a segunda é o plano de ação: quais medidas de controle serão adotadas, com que prazo e sob responsabilidade de quem. Um PGR que lista riscos sem plano de ação correspondente está incompleto, mesmo que o levantamento em si esteja correto.

EM RESUMO

Um PGR copiado de modelo, sem refletir o risco real daquele posto de trabalho, é um documento que não protege ninguém.

O que é o PCMSO, e como depende do PGR

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) coordena o acompanhamento médico dos trabalhadores — define quais exames cada função exige, com que periodicidade, e mantém o histórico de saúde ocupacional ao longo do vínculo empregatício.

A grade de exames de cada função não é definida livremente: ela precisa refletir o risco que o PGR já identificou para aquele posto de trabalho. Um PCMSO elaborado sem consultar o PGR tende a aplicar uma grade genérica, baseada no cargo, não no risco real.

Por que o histórico importa

O PCMSO acompanha o trabalhador ao longo de todo o vínculo, não apenas no momento da admissão — cada exame periódico compara o resultado atual com o histórico anterior daquele trabalhador, o que permite identificar uma tendência de agravamento antes de ela se tornar um problema mais sério.

EM RESUMO

A grade de exames de cada função precisa refletir o risco que o PGR já identificou — não pode ser definida livremente.

04

Por que os dois precisam ser feitos juntos

Quando PGR e PCMSO são elaborados por fornecedores diferentes, sem comunicação entre eles, a integração que deveria existir entre os dois documentos frequentemente não acontece — e o sintoma mais comum é a grade de exame não cobrir uma exposição que o PGR já tinha identificado.

Isso não significa que uma empresa seja obrigada a contratar os dois serviços do mesmo fornecedor — significa que, com ou sem essa unificação, a informação de risco precisa circular formalmente entre quem elabora um documento e quem elabora o outro.

Quando a função muda

Uma mudança de equipamento ou de processo produtivo altera o risco da função — e precisa disparar, ao mesmo tempo, uma revisão no PGR e um ajuste na grade de exame do PCMSO. Quando os dois documentos não conversam, essa atualização tende a acontecer só de um lado, deixando o outro desatualizado sem que ninguém perceba.

EM RESUMO

Quando os dois documentos não conversam, o sintoma mais comum é a grade de exame não cobrir uma exposição que o PGR já identificou.

O levantamento de risco: como funciona de verdade

Um levantamento de risco confiável começa com uma visita técnica aos postos de trabalho reais da empresa — não um questionário respondido à distância nem um modelo genérico adaptado ao ramo de atividade. O técnico responsável percorre cada função, observa a rotina real e conversa com quem executa a atividade.

A diferença entre o desenho da função e a rotina real

É comum a descrição formal de uma função divergir da rotina real que o trabalhador executa — um posto pode ter ganhado uma tarefa nova, ou perdido uma, sem que a descrição escrita tenha sido atualizada. Um levantamento que só lê a descrição formal, sem observar a rotina, herda esse desalinhamento.

EM RESUMO

Um levantamento de risco confiável começa com visita técnica real aos postos de trabalho — não um modelo genérico adaptado ao ramo.

Grau de risco e o PGR simplificado

Empresas de grau de risco 1 e 2, com até 19 empregados, têm direito a uma forma simplificada de PGR – o que reduz a complexidade formal do documento, mas não a obrigação de gerenciar riscos de verdade. A simplificação é no formato, não na responsabilidade.

O grau de risco da empresa é definido pela atividade econômica principal (CNAE) e influencia também a periodicidade de alguns exames do PCMSO – é um dos primeiros dados que o levantamento precisa confirmar.

Grau de risco baixo não significa função sem risco

O grau de risco de 1 a 4 reflete a atividade econômica principal declarada da empresa – não o risco individual de cada função dentro dela. Uma empresa de grau de risco baixo pode ainda ter uma função específica com exposição relevante, e o PGR precisa capturar essa função à parte, sem se limitar ao grau geral da empresa.

EM RESUMO

PGR simplificado reduz a complexidade formal do documento – não a obrigação de gerenciar riscos de verdade.

A grade de exames: como ela nasce do PGR

Cada função tem uma grade própria de exames — admissional, periódico, de mudança de função, de retorno ao trabalho e demissional — definida pelo tipo de risco identificado no PGR daquele posto. Uma função exposta a ruído tem exame audiométrico; uma exposta a produto químico específico tem exame complementar correspondente.

Quando a função muda — novo equipamento, novo processo — a grade de exame precisa ser revisada junto, não apenas na renovação anual do PCMSO.

CHECKLIST RÁPIDO

- ✓ Grade de exame conferida contra o risco real do PGR, não contra um padrão genérico do cargo.
- ✓ Periodicidade de cada exame confirmada conforme o grau de risco da função.
- ✓ Grade revisada sempre que a função muda, não só na renovação anual.

EM RESUMO

Uma função exposta a um risco específico tem exame correspondente — a grade nasce do PGR, não de um padrão genérico do cargo.

Laudos técnicos complementares

LTCAT, laudo de insalubridade e laudo de periculosidade são documentos complementares ao PGR, cada um com finalidade própria: o LTCAT sustenta o reconhecimento de tempo especial para aposentadoria; os laudos de insalubridade e periculosidade definem se — e quanto — a empresa deve pagar de adicional.

Diferente do PGR e do PCMSO, esses laudos não vencem por prazo fixo — perdem validade apenas se o processo produtivo, os riscos ou as funções mudarem.

Quando vale a pena revisar antes da mudança forçar

Mesmo sem vencimento por prazo, um laudo técnico deveria ser revisado sempre que houver mudança relevante no processo produtivo ou no agente de risco avaliado — esperar uma fiscalização ou uma disputa trabalhista para perceber que o laudo está desatualizado é o cenário mais caro de todos.

EM RESUMO

LTCAT e os laudos de insalubridade e periculosidade não vencem por prazo — só perdem validade se o risco real mudar.

09

Ordem de Serviço: o documento que comprova a orientação

A Ordem de Serviço comprova que o trabalhador foi formalmente orientado sobre os riscos da própria função e sobre o uso correto do EPI — é frequentemente o documento que falta mesmo em empresas com PGR em dia, porque não é o primeiro documento que vem à mente quando se pensa em segurança do trabalho.

Ela precisa ser assinada por cada colaborador, comprovando a ciência individual — um documento sem essa assinatura não cumpre sua função de comprovação.

O que ela precisa conter, além da assinatura

Uma Ordem de Serviço completa descreve os riscos específicos daquela função e as medidas de proteção exigidas, incluindo o EPI correto — um documento genérico demais, sem esses detalhes, tem valor de comprovação limitado numa fiscalização ou numa disputa trabalhista.

EM RESUMO

A Ordem de Serviço é frequentemente o documento que falta mesmo em empresas com PGR em dia — e precisa da assinatura de cada colaborador.

eSocial: onde os dois documentos desembocam

Os eventos de segurança e saúde do trabalho do eSocial – S-2210 (acidente), S-2220 (monitoramento da saúde) e S-2240 (condições ambientais) – nascem diretamente do PGR, do PCMSO e do ASO. Quando esses documentos de origem são inconsistentes entre si, o dado que alimenta o eSocial carrega essa inconsistência, e é isso que frequentemente gera rejeição no envio.

O eSocial não corrige o documento de origem

Corrigir um evento rejeitado no eSocial não resolve o problema se a causa for um documento de origem desatualizado – o evento voltará a divergir na próxima atualização, a menos que o PGR ou o PCMSO seja corrigido na fonte, não só o registro enviado.

EM RESUMO

Os eventos de SST do eSocial nascem do PGR, do PCMSO e do ASO – inconsistência entre eles é a causa mais comum de rejeição no envio.

11

Vencimento e atualização: o calendário que evita autuação

A maior parte das autuações relacionadas a PGR e PCMSO não acontece por ausência total de documentação — acontece por vencimento não percebido: um exame periódico que passou da data, um PGR que não foi revisado depois de uma mudança de processo.

Manter um calendário de vencimento que alguém acompanha ativamente, não uma pasta que só é aberta quando alguém lembra, é o que separa uma empresa organizada de uma empresa que descobre o problema no dia da fiscalização.

Quem deveria ser dono do calendário

Um calendário de vencimento sem responsável claro tende a ser esquecido assim que a pessoa que o criou muda de função ou sai da empresa — funciona melhor quando é parte de um processo formal, acompanhado por mais de uma pessoa, não uma planilha pessoal de quem lembrou de criar.

EM RESUMO

A maior parte das autuações não vem de ausência total de documento — vem de vencimento não percebido a tempo.

Regularizar do zero, sem parar a operação

Uma empresa que nunca teve PGR ou PCMSO, ou que herdou uma situação irregular, não precisa parar a operação para regularizar — o diagnóstico prioriza o que representa maior exposição imediata, e o restante segue em sequência viável.

O objetivo final não é regularizar uma vez — é sair do diagnóstico com um calendário de vencimentos que a empresa acompanha, para não repetir a mesma situação em um ou dois anos.

Por onde começar quando tudo falta

Quando não existe nada — nem PGR, nem PCMSO, nem exame realizado — o primeiro passo é o levantamento de risco, porque é dele que depende a definição correta da grade de exames. Começar pelos exames sem o levantamento produz o mesmo problema de uma grade genérica que a integração deveria evitar.

EM RESUMO

Regularizar do zero não precisa parar a operação — o diagnóstico prioriza a maior exposição primeiro.

Erros mais comuns

Alguns erros aparecem com frequência, independente do porte da empresa ou do setor.

CHECKLIST RÁPIDO

- ✓ PGR copiado de modelo genérico, sem refletir o risco real do posto de trabalho.
- ✓ PCMSO elaborado sem consultar o PGR, com grade de exame genérica por cargo.
- ✓ Documento vencido sem que ninguém tenha percebido a tempo.
- ✓ Ordem de Serviço inexistente ou sem assinatura de cada colaborador.
- ✓ Função que mudou de risco sem que o PGR e a grade de exame fossem atualizados juntos.

EM RESUMO

Todos esses erros têm a mesma raiz: tratar o documento como formalidade pontual, não como gestão contínua do risco real.

14

Quando buscar apoio especializado

Este guia descreve a lógica completa porque toda empresa se beneficia de entender como PGR e PCMSO se relacionam — conduza a documentação internamente ou não. A SafeWork elabora os dois de forma integrada desde 2012, com o mesmo levantamento de risco alimentando o documento e a grade de exame, e um calendário de vencimento que a empresa acompanha.

Para conhecer as modalidades de atendimento e conversar sobre a documentação da sua empresa, a página da SafeWork reúne os canais de contato e o detalhamento de cada modalidade.

EM RESUMO

A SafeWork elabora PGR e PCMSO de forma integrada desde 2012 — o mesmo levantamento de risco alimenta o documento e a grade de exame.

Falar com a SafeWork →

SOBRE QUEM ESCREVEU ESTE GUIA

Grupo SafeWork

Fundado em 2012, em Medianeira — PR — Soluções corporativas que transformam ambientes e pessoas.

+3 mil

EMPRESAS
ATENDIDAS

450

MUNICÍPIOS

10

ESTADOS

+780

PARCEIROS DE
ATENDIMENTO

A SafeWork na jornada do Grupo

PGR e PCMSO são o primeiro e o terceiro passo da jornada do Grupo: mapear o risco de cada função e cuidar da saúde de quem a exerce. A SafeWork é a marca que deu origem ao grupo, em 2012, e sustenta os dois desde então.

As sete marcas do Grupo SafeWork

SafeWork

Safe+

SafeT

SafeBUS

Safe R&S

SafeHelp

SafeWork Podcast

Por que um grupo, e não sete fornecedores

Um grupo, não um fornecedor de cada coisa

O documento que mapeia o risco, o exame que monitora a saúde e a contratação da pessoa certa saem da mesma casa — e conversam entre si.

Unidade própria e rede nacional

Quatro unidades no Paraná com estrutura própria, e uma rede de parceiros que padroniza o atendimento em centenas de municípios para quem tem filial fora.

Uma proposta, não cinco

Documentação, exame, treinamento e recrutamento cabem em um contrato só, com um interlocutor e um cronograma.

Fale com o Grupo SafeWork

comercial@gpsafework.com.br

(45) 3264-5085

gpsafework.com.br

Medianeira/PR · (45) 3264-5085

Foz do Iguaçu/PR · (45) 3029-9191

Santa Helena/PR · (45) 3268-2520

Londrina/PR · (43) 3344-3663